

SUMÁRIO

Nota prévia à 1ª edição	7
Nota do autor à 2ª edição	8
Nota à 4ª edição	9
À guisa de prefácio, José Souto Maior Borges	11

PRIMEIRA PARTE NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Capítulo Único

1. Tributo como objeto da obrigação tributária	21
2. Tributo como objeto do direito	23
3. Caráter instrumental do direito	25
4. Atributividade do direito e técnica jurídica da tributação ...	27
5. O tributo como instrumento jurídico de abastecimento dos cofres públicos	29
6. Momento ideal (ou jurídico) da transferência da riqueza e momento fático	30
7. Objeto da obrigação	31
8. Conseqüências jurídicas da atributividade das normas	32
9. Conceito de tributo	32
10. Reconhecimento do tributo	36
11. O direito tributário se forma em torno do conceito de tributo (que é constitucionalmente pressuposto)	37
12. Direito tributário como capítulo do direito administrativo ..	40
13. Estrutura das normas jurídicas	42
14. Sanção	44
15. Divergência doutrinária quanto à estrutura da norma	44
16. Incidência	45

SEGUNDA PARTE ASPECTOS DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

Capítulo Único

17. Norma tributária	51
18. Questão terminológica	53

19. Hipótese de incidência como conceito legal	58
20. Universalidade do conceito de h.i.	59
21. Unidade lógica da hipótese de incidência	65
22. Fato imponible	66
23. Fato imponible e sua subsunção à hipótese de incidência ..	68
24. Nascimento da obrigação tributária	68
25. Subsunção	69
26. Fato imponible como fato jurídico e não ato jurídico	70
27. Caráter unitário do fato imponible	72
28. Aspectos da hipótese de incidência	76
29. Aspecto pessoal	80
30. Sujeito ativo	83
31. Parafiscalidade	85
32. Sujeito passivo. Desdobramentos do tema	86
33. Sujeito passivo nos tributos vinculados	88
34. Sujeição passiva indireta	89
35. Aspecto temporal	94
36. Colocação tradicional do tema	96
37. Classificação dos impostos baseada no aspecto temporal da h.i.	98
38. Crítica ao critério de classificação	100
39. Classificação científica das h.i. quanto ao aspecto temporal	102
40. Aspecto espacial	104
41. Aspecto material	106
42. Base imponible (questão terminológica)	108
43. Definição de base imponible	108
44. Alíquota	113
45. Alíquota e taxa	117
46. Determinação do quantum debetur	117
47. Dinâmica da obrigação tributária	118

TERCEIRA PARTE

CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS TRIBUTOS

Capítulo I – Critério de Classificação

48. Considerações gerais	123
49. Importância da classificação	124
50. Critérios correntes de classificação	125
51. Proposições metodológicas	126
52. O critério jurídico de classificação dos tributos está na consistência do aspecto material da hipótese de incidência	130

Capítulo II – Tributos não vinculados

53. Imposto, tributo não vinculado	137
54. Critério de exclusão para reconhecimento do imposto	138
55. “Nomen iuris”	139
56. Impostos reais e pessoais	141
57. Impostos diretos e indiretos	143
58. Os impostos em espécie	143

Capítulo III – Tributos vinculados

59. Espécies	146
60. Base imponible	150
61. Taxas na doutrina	153
62. Referibilidade ao sujeito passivo na taxa	156
63. Destinação do produto da arrecadação	157
64. Regime das taxas na Constituição de 1988 – Inconstitucionalidade dos preços (tarifas)	159
65. Contribuição de melhoria	170
66. Norma geral de direito tributário e contribuição de melhoria ..	171
67. Contribuição de melhoria na ciência das finanças	172
68. Contribuição de melhoria como tributo	174
69. O princípio da atribuição de mais-valia imobiliária, gerada por obra pública, ao estado	175
70. Entrosamento sistemático	178
71. Outras contribuições	182
72. Contraste com a taxa	184
73. Critério prático de discernimento entre taxa e contribuição	187
74. Contribuições parafiscais	187
75. Conceito jurídico do instituto	189
76. Regime jurídico tributário dos tributos parafiscais	189
77. Contribuições nas Constituições	191
78. Designação do instituto da contribuição	192
79. Critérios constitucionais e hipótese de incidência	193
80. Cunho “especial” do tributo	195
81. Direito constitucional brasileiro e princípios informadores das espécies tributárias	196
82. Base de cálculo	197
83. Destinação do produto da arrecadação	199
84. Estrita legalidade e contribuições	200
85. Discriminação constitucional de competências	200
86. Aspecto pessoal	203
87. Regime de imposto e contribuições	208